

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 656-2122 (PABX).



11 AGO 1987

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

## Portugal e Espanha apontam-nos o caminho

Os jornais de ontem traziam uma notícia de Brasília que encerra uma terrível ameaça ao futuro do Brasil como nação plenamente desenvolvida; ainda que o País tenha tudo para chegar lá amanhã: o saltitante senador Fagundes Gomes, infatigável batalhador da nossa soberania, continua conduzindo, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, os estudos para estabelecer uma nova definição para empresa estrangeira e empresa nacional a ser inserida no novo texto constitucional.

Conhecendo como conhecemos os ingredientes que entram na composição das convicções ideológicas desse e de outros luminares de nosso nacional-estatismo, não temos qualquer dúvida sobre o que nos espera no campo da cooperação econômica internacional se depender desse tipo de ideólogos. Num país em que o governo se julga na obrigação de oferecer uma esmola de Cz\$ 250 aos assalariados que recebem até cinco salários mínimos, membros de nossa elite política continuam se deleitando em filustrias ideológicas enquanto outros países onde a miséria não é tão premente dispensam esse luxo intelectual e atiram-se pragmaticamente na tarefa de criar as condições para que suas economias disputem fatias de um bolo que é avaliado, hoje, em centenas de bilhões de dólares por ano no mercado de capitais internacionais.

E o caso, por exemplo, de Portugal e da Espanha, duas nações que iniciaram seus processos de liberalização política e de consolidação do regime democrático alguns anos antes do Brasil.

Em ambas esse processo foi acompanhado de um arejamento na mentalidade dos políticos e governantes que os levou a entender em pouco tempo — inclusive os que até pouco tempo atrás eram marcados pelo preconceito ideológico — que não há abertura política onde não há abertura econômica. (Idéia que o presidente Sarney endossou mas, até agora, não teve coragem de aplicar na prática.)

Os efeitos dessa abertura já são visíveis nos dois países. Em Portugal, segundo o embaixador no Brasil, Adriano Antônio de Carvalho, o balanço de pagamentos, depois de registrar déficits de até 4 bilhões de dólares ao ano, alcançou em 1986 um saldo positivo de 1,1 bilhão de dólares. De janeiro a julho deste ano os investimentos estrangeiros atingiram o valor de 186 milhões de dólares, 72% provenientes da Comunidade Econômica Européia, 13% dos Estados Unidos e o restante de outras regiões. Ao mesmo tempo, constatou-se uma queda na inflação, uma redução no índice de desemprego e a estabilização da dívida externa, calculada, no momento, em 16 bilhões de dólares.

Na Espanha o processo está sendo executado pelos socialistas de Felipe Gonzales. E sem nenhum preconceito ou impedimento ideológico. As empresas estatais estão sendo vendidas em bolsa para quaisquer interessados, estrangeiros ou não, admitindo-se até operações triangulares: os capitais norte-americanos, por exemplo, têm acesso à Bolsa de Madri via Londres, para usufruírem das mesmas facilidades concedidas aos capitais provenientes dos países da Comunidade Econômica Européia.

A principal montadora de automóveis do país, a Seat (que pertencia a uma sociedade do governo com a Fiat italiana) foi vendida à Volkswagen alemã. O plano de Gonzales é vender as ações de 65 empresas estatais. A venda de uma das 15 empresas já privatizadas — a Gera, uma distribuidora de gás e energia elétrica nas Ilhas Baleares — provocou uma grande corrida: a procura das ações superou em 32% a oferta. O governo acredita que ainda terá mais sucesso quando entrarem no mercado outras grandes empresas de serviços públicos.

A privatização da Seat, em particular, gerou um certo desemprego mas o processo de privatização como um todo está provocando uma ligeira redução do número de desempregados, o que, segundo observou o presidente da Bolsa de Valores de Madri, Don Mariano Bengoechea, em entrevista aos repórteres Pedro Cafardo e José Neumann Pinto, do jornal O Estado de S. Paulo, faz com que os líderes sindicais não tenham muitas queixas do plano de desestatização levado a cabo pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Outros lucros já estão sendo contabilizados: a inflação está sob controle, o déficit público que havia aumentado muito nos primeiros anos de democratização está sendo contido e, o mais positivo, o país ganhou um bilhão de dólares com os negócios na bolsa de valores.

Segundo o diretor-geral de política econômica do Ministério da Economia da Espanha, Antônio García de Blas, o que está provocando esta liberalização em seu país — desestatização e abertura para o capital estrangeiro — é simplesmente a necessidade de melhorar a vida dos espanhóis. Os governantes socialistas descobriram, por exemplo, comparando uma empresa pública com uma similar privada, que cada trabalhadora custava 20% a mais nas estatais. Descobriram também que jamais conseguiriam implantar uma indústria automobilística no país e resolveram aceitar os investimentos estrangeiros nesta área. Aos poucos que acusaram o governo de entreguista, ele respondeu dizendo que entreguismo é obrigar o trabalhador a sair do país para arrumar emprego na Alemanha e na Suíça.

“Não há ideologia nesta estratégia. Ela é apenas pragmática” — afirma García de Blas.

E é exatamente o ideologismo retrógrado das forças nacionais-estatizantes incrustadas na Constituinte e nos partidos políticos, com fortes ramificações na burocracia estatal, que está impedindo que o Brasil seja um dos maiores beneficiários desses dólares que estão sobrando no Exterior à espera de bons negócios para investir. Como mostrou nosso correspondente nos Estados Unidos, Moisés Rabinovici, em reportagem que o Jornal da Tarde publicou ontem, há uma verdadeira fila de espera lá fora para investir no Brasil. Um banco árabe formado pelos governos da Líbia, Kuwait e Abu Dhabi, por exemplo, tem 12 milhões de dólares para aplicar no Banco da Bahia de Investimentos. Mas vai ter que entrar numa longa lista de espera que inclui o Citicorp com 500 milhões de dólares, o Montrealbank, do Canadá, com cem milhões e uma centena de outros interessados em converter dívida em investimento. Agências dos bancos brasileiros em Nova York são consultadas diariamente sobre negócios em potencial. E nada

pode ser feito porque o Brasil até hoje não tem regras claras para conversão de dívida em investimento.

O Brasil não só não resolveu esta questão mais simples como está ameaçando os investidores externos com uma legislação dura, se prevalecerem algumas das propostas apresentadas na Assembléia Nacional Constituinte. Apesar de muito amigos do Brasil, quem deve estar torcendo para que as burrices das esquerdas brasileiras prevaleçam são países como a Espanha e Portugal, que estarão livres de um concorrente de peso no mercado financeiro internacional e poderão, tranquilamente, apressar seu ingresso no universo das nações mais ricas do mundo.